

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.028.324 - RJ (2016/0320435-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **NIDIA CALDAS FARIAS LOPES E OUTRO(S) - RJ115816**
AGRAVADO : **SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO**
ADVOGADO : **RUBENS CORRÊA DE AGUIAR E OUTRO(S) - RJ100189**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Município do Rio de Janeiro**, contra decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 199):

Direito Tributário. Execução fiscal. Embargos à execução TCDL. Exercícios de 2004, 2005 e 2006. Sentença de improcedência dos embargos. Apelação. Alegação de prescrição. Solicitação dos autos físicos. Ausência de citação.

Ingresso espontâneo do executado nos autos apenas em 18 de junho de 2010. Prescrição configurada.

Precedente: REsp 978415/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/04/2008, DJe 16/04/2008: "Paralisado o processo por mais de oito anos sem que a exequente promova nenhum ato ou procedimento para impulsionar o andamento do feito, fica caracterizada a prescrição intercorrente uma vez que "o princípio do impulso oficial não é absoluto" (REsp 502732 / PR; Rel. Min. Franciulli Netto, DJU 29.03.2004).

Provimento do recurso para declarar a prescrição dos créditos tributários, extinguir a execução fiscal e determinar o levantamento da penhora.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 214/218).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 141, 329, I, parágrafo único, 490, 492, 1.013 do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que " não serve o agravo como instrumento de inovação da lide, ficando o Tribunal adstrito à matéria já suscitada. Assim, se, como ocorrido, não foi formulado perante o Juízo monocrático determinado pedido, não pode o Juízo Colegiado avançar na 'quaestio júris' sob pena de supressão de instância e malferimento aos princípios da demanda e de sua estabilidade" (fl. 223).

Contrarrazões às fls. 231/241.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A matéria pertinente aos arts. 141, 329, I, parágrafo único, 490, 492, 1.013 do CPC/2015 não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco constou dos embargos declaratórios opostos para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 356/STF.

Ademais, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que "*o artigo 219, §5º, do CPC, [...], determina ao magistrado que reconheça, ex officio, a prescrição*" (fl. 200), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator